

SUMÁRIO

CNU

Bloco 9 – Intermediário – Regulação

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de textos	1
A organização textual dos vários modos de organização discursiva	6
Coerência e coesão.....	10
Ortografia.....	15
Acentuação gráfica.....	24
Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos; Derivação e composição	31
A oração e seus termos; A estruturação do período	58
As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos	66
Linguagem figurada.....	66
Norma padrão: concordância verbal e nominal.....	67
Regência verbal e nominal	69
Emprego do pronome relativo	71
Emprego do acento grave	71
Colocação pronominal.....	73
Pontuação	75
Questões	80
Gabarito.....	87

MATEMÁTICA

Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; potências e raízes	1
Múltiplos, divisores, números primos	20
Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo.....	25
Razão e proporção	31
Regra de três simples e composta	33
Porcentagem, juros simples e compostos.....	35
Probabilidade.....	39
Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda).....	43
Questões	54
Gabarito.....	64

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO

Direito e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Direitos sociais. Nacionalidade. Cidadania. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos	1
A Organização do Estado. Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988)	20
Direito administrativo. Conceito, fontes e princípios.....	30
Organização administrativa da União; administração direta, indireta, centralizada e descentralizada	35
Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos	41
Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa	59
Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	105
Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade	116
Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização	134
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.....	152
Responsabilidade civil do Estado.....	157
Sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, Lei nº 14.230/2021 e suas alterações)	164
Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).....	193
Acesso à informação no âmbito da Administração Pública (Lei nº 12.527/2011)	204
Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.....	216
Noções de Direito do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)	239
Noções de Defesa da Concorrência. (Lei nº 12.529/2011)	264
Questões	294
Gabarito.....	302

REALIDADE BRASILEIRA

Dinâmica social no Brasil: estratificação, desigualdade e exclusão social	1
Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados: crianças e adolescentes; idosos; LGBTQIA+; pessoas com deficiências; pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais minorias sociais	3
Desenvolvimento econômico, concentração da renda e riqueza	5

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	34
Matriz energética: fontes renováveis e não renováveis; mudança climática; transição energética.....	35
Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos	37
Desenvolvimento nacional e infraestrutura	39
Desigualdades regionais	41
Questões	44
Gabarito.....	48

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos. conceitos básicos: regulação econômica e social; externalidades, bens públicos e bens comuns, assimetria de informação; falhas de mercado (barreiras de entrada); Estado e regulação; falhas de governo; conceitos de regulação, autorregulação, desregulação e regulação	1
Agências Reguladoras: histórico, conceito, estrutura jurídica, funções e controle. Autonomia administrativa e poder normativo.....	10
Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras.....	20
Boas práticas regulatórias: Análise de Impacto Regulatório (AIR). Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)	21
Agenda Regulatória e o processo de participação e controle social.....	28
Boas práticas de fiscalização	31
Noções de gerenciamento, controle e garantia da qualidade. Auditoria da qualidade ..	33
Noções de análise e gerenciamento de risco.....	35
Fiscalização responsiva	38
Processo administrativo sancionador.....	41
Questões	44
Gabarito.....	51

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

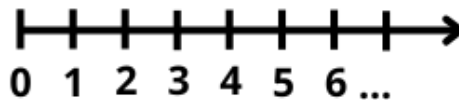
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.



Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática



A realidade social brasileira

A sociedade brasileira é marcada por uma complexa teia de relações sociais que revelam profundas desigualdades, históricas e estruturais. Essas desigualdades não surgiram por acaso, mas são frutos de um processo histórico que começa no período colonial e atravessa os séculos até o Brasil contemporâneo. Para compreender a dinâmica social do país, é essencial analisar três conceitos-chave: estratificação social, desigualdade social e exclusão social. Esses elementos estão interligados e explicam, em grande parte, as formas de organização e funcionamento da sociedade brasileira.

A dinâmica social diz respeito às transformações e permanências nas relações sociais entre diferentes grupos sociais. No Brasil, essa dinâmica se estrutura fortemente a partir de classes sociais, da distribuição desigual de renda, do acesso diferenciado a direitos e oportunidades, e da histórica marginalização de determinados grupos sociais.

Estratificação social no Brasil

Estratificação social é um conceito que se refere à maneira como uma sociedade organiza seus membros em diferentes camadas ou estratos, com base em critérios como renda, poder, prestígio, escolaridade e acesso a bens e serviços. É uma forma de classificar os indivíduos de acordo com sua posição social. No Brasil, essa estratificação é bastante visível e rígida, ainda que existam mecanismos de mobilidade social.

Historicamente, a sociedade brasileira foi estruturada em grandes divisões: no período colonial, havia uma elite agrária e escravocrata de um lado, e de outro, a população escravizada e posteriormente os trabalhadores livres e pobres. Essa herança permanece visível, embora em novas formas. Hoje, podemos identificar diferentes estratos sociais, como a classe alta (com grande poder aquisitivo e acesso a redes de influência), a classe média (dividida em alta, média e baixa), e a classe baixa, que abrange trabalhadores informais, desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os critérios de estratificação no Brasil incluem fatores como:

- Renda: A concentração de renda é um dos principais fatores que definem a posição social dos indivíduos.
- Escolaridade: O nível de educação influencia diretamente as oportunidades de emprego e mobilidade social.
- Cor e raça: A população negra e parda enfrenta maiores barreiras para ascender socialmente.
- Gênero: Mulheres, especialmente negras, ainda recebem salários menores e ocupam menos posições de destaque.

A mobilidade social no Brasil é limitada. Embora existam histórias de superação, o padrão geral indica que as condições socioeconômicas de origem determinam, em grande parte, o destino social dos indivíduos. Essa dificuldade de mobilidade é reforçada por um sistema educacional desigual, um mercado de trabalho excludente e políticas públicas insuficientes.

Desigualdade social: origem e perpetuação

A desigualdade social no Brasil não é recente. Suas raízes estão no processo de colonização, com a concentração de terras nas mãos de poucos e a exploração do trabalho escravizado. Após a abolição da escravidão, em 1888, os ex-escravizados não tiveram acesso a políticas de inclusão ou reparação, permanecendo à margem da sociedade.

No século XX, o processo de urbanização e industrialização aumentou as disparidades, criando novas formas de exclusão. A migração do campo para as cidades gerou periferias com pouca infraestrutura, enquanto os centros urbanos concentraram riqueza e oportunidades.



— Pressupostos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estado em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços¹.

Os pressupostos da regulação protegem os direitos fundamentais, com a administração interventora do estado, preocupado com a figura do administrador, em gerenciá-lo. Como pressuposto do estado regulador temos a existência de um mercado de direito, que assegure a competição existente, facilitando a competição, garantido a melhor forma de se promover uma igualdade entre as entidades envolvidas, fazendo assim que o monopólio perca seu espaço.

O princípio da igualdade tem seus problemas com o Direito Regulatório, já que a existência de pessoas jurídicas causa a desigualdade nas relações econômicas, pois pense da seguinte forma; a pessoa jurídica causa desigualdade nas relações econômicas, por ser detentora de vantagens em face das pessoas físicas. Mais um pressuposto aponta que através da intervenção do Estado, garante-se a preservação de prestações materiais, incluindo os serviços públicos ou os privados que são fundamentais para que a sociedade exerça seus direitos fundamentais.

Com a influência da doutrina administrativa francesa nasce o Estado regulador que gerencia o normativo da administração que é regulada por leis.

— Objetivos e instrumentos

Em geral, a ação regulatória é movida por três grandes objetivos, nem sempre coincidentes. Isso implica que parte da prática regulatória é encontrar, por meio das suas ações, um equilíbrio entre eles que seja adequado às características da sociedade.

O primeiro dos grandes objetivos da regulação envolve os chamados objetivos financeiros. De uma forma geral, tais objetivos estão relacionados com a capacidade dos entes regulados em auferir receitas para assegurar a operação continuada do empreendimento. Ou seja, o atendimento desse objetivo implica a geração de receita por parte das empresas, tais que sejam suficientes para cobrir os custos operacionais, bem como os investimentos presentes e futuros considerados como necessários.

Para a operacionalização desses objetivos, usualmente o processo regulatório estabelece um valor mínimo de receitas a ser alcançado com a evolução dos preços regulados, a chamada “exigência de receita”. Idealmente, a regulação de preços também não deve permitir que a entidade regulada aufera receitas além deste nível.

Em paralelo a isso, há outro conjunto de objetivos, os chamados objetivos de eficiência econômica. O princípio norteador deste grupo é o oferecimento eficiente dos serviços aos usuários, sendo que eficiência deve ser entendida no sentido econômico do termo.

Dentro dessa definição de eficiência, pode-se utilizar de três direções possíveis de análise. A primeira delas, a eficiência alocativa, implica que a regulação de preços deve ser estruturada de tal sorte que os produtos ou serviços regulados sejam oferecidos à sociedade pelos produtores de menor custo e que, além disso, eles devem ser adquiridos pelos consumidores que mais os valorizem. O paradigma usual de comparação neste caso são os preços que prevaleceriam em um contexto de competição perfeita encontrado em livros-texto de economia.

¹ <https://anacpmm1994.jusbrasil.com.br/artigos/717730797/os-pressupostos-teoricos-do-estado-regulador/amp>